



espacio abierto

Cuaderno Venezolano de Sociología



En foco: América latina. “Progresismo” y “restauración conservadora”

Auspiciada por la International Sociological Association (ISA),
la Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS)
y la Asociación Venezolana de Sociología (AVS)

Vol.27
Enero - Marzo
2018

1



Fim do ciclo político dos governos de Frente Popular (“Progressistas”) Sul-americanos?

Luiz Fernando Da Silva y Gisele C. Costa*

Resumo

O descontentamento dos trabalhadores e das camadas sociais mais empobrecidas na América Latina frente às políticas neoliberais provocaram a emersão de forças políticas que, gestadas nas direções do movimento operário e popular, reconstituíram a ordem democrático-burguesa. Composto por movimentos sociais, partidos de esquerda e por frações do Capital, surgiram em diversos países sul-americanos governos cuja natureza foi a *conciliação de classes*. Favorecidos pelo crescimento econômico mundial entre o início e a metade da primeira década do século XXI, esses governos promoveram em países como o Brasil, Venezuela, Argentina, Bolívia, Uruguai e Equador políticas compensatórias que, inicialmente, possibilitaram o atendimento das necessidades elementares dos setores mais pobres, fato que criou para tais forças políticas uma grande base social e política. No entanto, com o agravamento da crise econômica internacional, a partir de 2008, e com a aplicação de *políticas de austeridade* por parte dos próprios “governos progressistas”, abriu-se em alguns desses países uma triplíce crise, econômica, social e política, na qual tais governos perderam parte significativa de sua base de apoio. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é apresentar a trajetória,

Recibido: 11-10-2017 / Aceptado: 05-12-2017

a natureza política e as determinações que provocaram os primeiros, mas severos sinais de enfraquecimento dos chamados “governos progressistas” sul-americanos.

Palavras-chaves: América do Sul; governos; crise econômica; política e social

End of the political cycle of the Popular Front governments (“Progressives”) South American?

Abstract

The discontent of the workers and social strata more impoverished in Latin America in front of the neoliberal policies provoked the emergence of political forces that, in the direction of the workers' and popular movements, reconstituted the bourgeois-democratic order. Composed of social movements, parties of the left and fractions of Capital, governments in various South American countries emerged whose nature was the conciliation of classes. Favored by global economic growth between the beginning and the middle of the first decade of the twenty-first century, these governments promoted compensatory policies in countries such as Brazil, Venezuela, Argentina, Bolivia, and Ecuador, which at first allowed the basic needs of the poorest sectors, a fact that created for such social forces a great social and political base. However, with the worsening of the international economic crisis and the application of austerity policies by the “progressive governments”, elected with an anti-neo-liberal discourse, a triple economic, social and political crisis has opened up in some of these countries, in which such governments have lost a significant part of their support base. In this sense, the objective of this paper is to present the trajectory, political nature and determinations that provoked the first but severe signs of weakening the so-called “progressive governments” of South America.

Keywords: South America; governments; economic; political and social crisis

Introdução

O presente artigo é parte de pesquisa acadêmica¹ que analisa o enfraquecimento político dos projetos e experiências sul-americanas conhecidas como “progressistas” que se desenvolveram nos últimos quinze anos. Examinamos a hipótese do debilitamento político desses projetos, os quais definimos como *governos de frente popular*.

Esses governos constituíram-se como frentes políticas em torno de representantes de setores populares (operários, assalariados, camponeses) e frações do empresariado, com a promessa de reverter as políticas neoliberais na região. Cabe analisar, então, as dimensões e determinações presentes nesse enfraquecimento e perscrutar o cenário que se configura com a retomada dos projetos ultraliberais na região. Ademais, é possível perguntarmos: Essas experiências significaram uma ruptura com o chamado “neoliberalismo”? Avançaram para um processo de superação da dependência estrutural, a qual secularmente estão submetidos os povos latino-americanos? Tais governos, de fato, possibilitaram o fortalecimento dos movimentos sociais populares?

Para responder as interrogantes, delimitamos um quadro comparativo entre os ex – governos da Argentina e do Brasil, e a experiência ainda em curso na Venezuela. E em termos teórico-metodológico, partimos da expressão fenomênica do objeto, isto é, a dimensão imediata de tal crise: a perda do apoio político das camadas sociais populares (proletariado, juventude empobrecida, estratos médios assalariados e pequena burguesia urbana e rural) e de frações do empresariado, e, por outro lado, a exacerbação das propostas liberais ortodoxas na região.

O início da crise política e descontentamento popular

Em nossa compreensão, o estopim dessa enervação ocorreu nos últimos três anos e meio, quando inúmeras manifestações sociais de caráter reivindicatório (passeatas, greves e mobilizações) tiveram crescimento significativo nos países analisados. Essas manifestações expressaram na América Latina a natureza social da crise capitalista internacional e desnudaram as opções políticas e econômicas que foram adotadas pelos chamados “governos progressistas”. Deveras, tais governos privilegiaram setores do Capital, em prejuízo das camadas sociais populares.

O declínio e enfraquecimento dessas experiências políticas guardam entre si aproximações e distinções. Em 2013, a vitória do ex-presidente Hugo Chávez por uma quantidade ínfima de votos sobre o opositor de direita, Henrique Capriles, acenou para uma crescente perda de base social e política que se acentuou na derrota eleitoral do chavismo na Assembleia Nacional, em dezembro de 2015. Sob um massivo protagonismo da classe média venezuelana, mas também de diversos setores sociais populares prejudicados com o desabastecimento de alimentos e alta inflacionária, nos anos seguintes a polarização se transformou em uma tríplice crise (econômica, política e social), para a

¹Pesquisa desenvolvida no Grupo de Pesquisa América Latina e Marx: Movimentos Sociais, Partidos, Estado e Cultura – vinculado ao CNPq.

qual a resposta do Governo Nicolás Maduro, sucessor de Chávez, foi aumentar a repressão contra seus opositores.

Na Argentina, a eleição presidencial no ano de 2015 expressou o desgaste da perspectiva kirchnerista, quando o seu candidato Daniel Scioli perdeu para Mauricio Macri. Esse enfraquecimento do kirchnerismo, que desde 2003 governava o país, também teve como eixo a crise econômica. A queda das exportações de bens primários no mercado mundial e o crescente endividamento público estimularam as escolhas políticas do governo, o qual não hesitou em aplicar ajustes econômicos antipopulares como forma de restituição dos setores mais importantes do Capital. Como consequência, houve rupturas na base política e social de Cristina Kirchner, agravadas pelas crescentes mobilizações trabalhistas que tiveram como marca duas greves gerais (2012 e 2014).

O caso brasileiro referência também a hipótese de enfraquecimento desses governos sul-americanos. O processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que encabeçou a frente política liderada pelo PT, ultrapassa em muito a questão da existência de “golpe branco” contra um governo.

Com forte base popular, em especial da juventude pauperizada, as mobilizações de junho de 2013 liberaram forças sociais e rearticularam as forças políticas e econômicas no país. A síntese desse processo foi o duplo e antagônico rompimento político e social com o governo petista. Setores empresariais (frações burguesas), até então agraciados, deslocaram gradualmente para a oposição ultraliberal, sendo o caso mais significativo o capital financeiro. Por sua vez, a política de austeridade adotada por Dilma, sobretudo em seu segundo e interrompido mandato, provocou expressivo desgaste junto aos setores de trabalhadores, juventude e camadas sociais populares.

Frente a isso criou-se no Brasil duas narrativas tautológicas para explicar o afastamento de Dilma, uma de direita e outra de centro-esquerda. A primeira tratou-se da orquestração entre setores midiáticos e setores do judiciário que enfatizaram junto à classe média que o impeachment era parte de um programa de combate à corrupção. Por outro lado, os velhos e novos arautos do petismo buscaram explicar a queda do Governo Dilma como idêntica e intrínseca a um processo de ataque às liberdades democráticas em geral; ascensão de bandos fascistas; etc.

Em comum, está o fato de que apesar de sedutoras e apelativas, nenhuma dessas ideologias conseguiram até o momento conquistar e mobilizar as camadas mais empobrecidas da sociedade brasileira, seja para defender o projeto de Frente Popular ou para legitimar os projetos de austeridades e conservadores escondidos pelo discurso de anticorrupção.

Características dos atuais governos de Frente Popular na América do Sul

Esses governos sul-americanos originaram-se de forças políticas e sociais que expressaram a crítica às propostas neoliberais e apoiaram-se em setores importantes

de movimentos sociais e partidos de esquerda, além de receberem apoio de frações do empresariado. Como traços aproximativos cabe indicar que são governos que (a) emergem da descrença popular com as instituições estatais, corroídas pelo período neoliberal, especialmente na década de 1990; (b) constituíram referência e/ou base social e política em significativos movimentos sociais (sindical e popular) e partidos de esquerda; (c) no caso argentino, venezuelano, boliviano e equatoriano resultaram de profundas crises institucionais que se desdobraram em levantes populares, (d) constituíram-se como frentes populares, no sentido de coalizão governamental envolvendo setores do Capital e representações políticas de esquerda e movimentos sociais; (e) as frações do grande capital (capital financeiro, transnacionais e agronegócios) mantêm seus interesses econômicos e políticos acomodados no bloco no poder de Estado.

Ao nosso entender, nesse âmbito apresentam-se intrínsecas contradições. Esses novos governos lograram canalizar os anseios populares e restabelecer a ordem social, contendo as lutas sociais nos parâmetros institucionais, por meio de programas sociais e pelo envolvimento/contenção dos movimentos sociais e sindicais no ritmo e lógica estatal. Ao mesmo tempo rearticulam as funções do Estado e sua forma de representação política liberal.

Por um lado, a lógica institucional desses governos mantém como centralidade os mecanismos institucionais liberais de representação política, mesmo quando eles desenvolvem de maneira subordinada formas de democracia participativa. Dessa maneira, incorporam os movimentos sociais à lógica e ao ritmo estatal, desmobiliza-os e/ou neutralizam suas agendas de reivindicações e formas de organização próprias. Por outro lado, o eixo central das políticas governamentais volta-se para setores empresariais, para setores da burocracia estatal e/ou para uma burguesia nativa, ao exemplo da boliburguesia venezuelana. Desta maneira, o bloco de poder no Estado (Poulantzas, 1986) permanece concentrado em setores hegemônicos do Capital. Essa determinação estatal implica em permanente condensação de políticas econômicas e sociais negociadas e contidas pelos interesses empresariais majoritários por meio das mediações da burocracia estatal. As experiências políticas atuais permitem indicar traços que debilitam iniciativas de transformação e/ou de ruptura integral com as propostas neoliberais, que são por demais explícitas no caso brasileiro, argentino, uruguaio, equatoriano e boliviano.

O que tem se evidenciado em nossa investigação sobre os atuais governos sul-americanos é a orgânica articulação dentro do bloco de poder do Estado dos interesses centrais do capital financeiro internacional e das transnacionais, especialmente aqueles ligados às atividades de extração mineral, energético e agrícola. Isso evidencia que os governos que definimos na investigação apresentam-se originários de movimentos sociais e da própria esquerda política, que tiveram muitas críticas, mobilizações e lutas contra aqueles interesses econômicos na década de 1990, constituíram relações orgânicas com essas forças econômicas.

Temos observado, a partir dos países analisados (Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Venezuela), que de fato se desenvolveu desde o final da década de 1990 uma tendência política regional, com a eleição de governos nacionais com base de apoio popular e em

movimentos sociais. Observa-se que essa tendência regional de governos nacionais com apoio popular emergiu e se consolidou a partir do final da década de 1990 e no transcorrer da década de 2000. Tais governos expressam contornos que se aproximam entre si, ao exemplo da base social constituída em setores populares e em setores da esquerda.

Tal fenômeno político ganhou diversas conceituações, como aquelas que caracterizam esses governos como populistas, progressistas ou de centro-esquerda (Laclau, 2005; Borón, 2004; PETRAS, 2005; Katz, 2008). Outras caracterizações (LOWY, 2000) os classificam em dois blocos: progressistas (Venezuela, Equador e Bolívia) e social-liberais (Brasil, Uruguai, Peru e outros). Em nossa análise, evidenciamos, por um lado, a maneira como esses governos foram originados politicamente; por outro lado, observamos que em suas trajetórias conseguiram manter graus de concessões sociais e o apoio de amplos setores de movimentos sociais. Por essa razão, caracterizamos-los como *governos de frente popular*, acompanhando uma definição clássica presente em Trotsky (2007), Moreno (2002) e Poulantzas (1986), entre outros, pois tais governos são expressões de forças políticas e sociais que se apoiaram em setores importantes dos movimentos sociais e partidos de esquerda e, ao mesmo tempo, realizaram alianças políticas com frações do empresariado.

Essa tendência política regional emergente a partir do final da década de 1990 generalizou-se pela maioria dos países da região e, em sua maioria, conseguiram uma consolidação com apoio de setores populares. Diversos indicadores podem nos sustentar essa afirmação, mas especialmente as reeleições ocorridas na região que possibilitaram a reprodução institucional dessas novas forças políticas.

O período inaugurado pelo ex-presidente Hugo Chávez, em sua vitória eleitoral em 1998 na Venezuela, é significativo dentro da configuração das forças políticas emergentes nos países sul-americanos que ganharam eleições nacionais com uma posição antineoliberal radical ou moderada. Essa configuração política antineoliberal generalizou-se pela maioria dos países da região – Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai, Equador e Peru –, tendo também conseguido sua reprodução institucional por meio de reeleições sucessivas. Na Venezuela, o ex-presidente Hugo Chávez foi reeleito por quatro mandatos. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus aliados elegeram Luiz Inácio Lula da Silva em dois mandatos (2003-2006; 2007-2010) e Dilma Rousseff (2010-2014). Na Argentina, o falecido Néstor Kirchner elegeram-se em 2003 e, na impossibilidade de sua reeleição, conseguiu indicar e eleger sua esposa a então senadora peronista Cristina Kirchner em 2007, que se reelegeu em 2012. Na Bolívia, Evo Morales elegeram-se pelo Movimento para o Socialismo (MAS), em 2006, e reelegeu-se em 2010, disputando seu terceiro mandato em 2014. No Equador, Rafael Correa venceu as eleições presidenciais em 2007 e, em fevereiro de 2013, conseguiu nova vitória eleitoral para o Executivo Nacional, e elegeram seu sucessor Lenin Moreno, em 2017. Finalmente, no Uruguai, a Frente Ampla foi vitoriosa por duas vezes com Tabaré Vázquez (2005-2008; 2008-2010); José Mujica (2011-2014); e novamente Tabaré Vázquez, cujo mandato iniciou-se em 2015 e com previsão até 2010. No caso do Paraguai, Fernando Lugo teve interrompido seu mandato por um processo de impeachment que sofreu em 2011.

Entre 1999 e 2008, essas experiências governamentais beneficiaram-se do contexto internacional, que lhes permitiram grandes excedentes comerciais com saldos em conta corrente, acumulando reservas monetárias que lhes permitiram inclusive redução da dívida externa e relativa capacidade de iniciativa financeira. Isso favoreceu reeleições sucessivas de governos com a mesma orientação ideológica e política.

O que se apresenta nesse quadro a partir de 2008, com a crise capitalista internacional, que se aprofundou em 2010, é uma dimensão que aos poucos foi vislumbrada nos horizontes e impasses para tais governos. Êxito maior dessa tendência política concentrou-se principalmente entre 2002 e 2008, período no qual com a economia internacional aquecida permitiu uma melhoria relativa aos setores populares e aos trabalhadores assalariados por meio de elevação de nível de empregos, embora em geral precarizados, e a constituição de diversos programas sociais compensatórios.

Os pilares dessas melhorias sociais concentraram-se em acompanhar a divisão internacional de trabalho, na qual os países sul-americanos desempenharam importante papel de exportadores de commodities agrícolas, pecuária, e de energias, como também receberem investimentos de capitais estrangeiros. Com a segunda onda da crise internacional, evidenciam-se os efeitos do quadro econômico internacional nesses países. A limitada possibilidade de continuar com as políticas compensatórias foi uma das questões e desafio para esse ciclo de governos. As pressões inflacionárias, crescente dívida pública e queda nas exportações os expuseram às pressões do grande capital (financeiro e transnacional), ao mesmo tempo que diversos movimentos populares e trabalhistas passaram a se mobilizar.

Os casos nacionais: comparações

A comparação entre os governos dessa tendência política permite-nos considerar que existem traços particulares na dinâmica política, ideológica e social. O que ressaltamos é a constituição e reprodução diferenciadas nos casos concretos, na relação estabelecida com os movimentos sociais e as frações do grande capital. Essas experiências possivelmente terão desdobramentos diferenciados, em relação aos destinos gerais dessas formas de governo na região.

Verificamos que existem diferenças entre aqueles governos em relação ao quadro político brasileiro anterior ao ano 2002, ou seja, antes da vitória eleitoral de Luis Inácio Lula da Silva. No caso brasileiro, o descontentamento social não havia transgredido o quadro institucional (Silva, 2012), pois não estava em aberto uma crise no regime político, como ocorrera na Venezuela desde 1989 a partir do *caracazo* (Maya, 2006; Lander, 2005) e na Argentina a partir de dezembro de 2001 (Sartelli, 2003; Almeyra, 2004; Bonnet, 2008). O regime político brasileiro não entrou em crise, como naqueles países, embora no Brasil tenham ocorrido mobilizações sociais nacionais em 1992 que levaram à queda do então presidente Collor de Mello. Essas mobilizações diferenciam-se do *caracazo* e do *argentínazo*, visto que as mobilizações multitudinárias brasileiras não envolveram revoltas populares, negação do regime político e repressão militar.

Os ciclos de mobilização social acentuaram-se desde 1995, no caso argentino, especialmente com a ampliação nacional do movimento piqueteiro (desempregados) e com forte presença política em Buenos Aires (Cravino, 2007; Soane, 2005 e 2007; Petras e Veltmeyer, 2005). Isso se deveu ao intenso processo de privatizações ocorridas no setor de Energia, Ferrovias, Petróleo, Comunicação, entre outros setores (Basualdo e Arceo, 2006). Na Venezuela, por sua vez, esse ciclo acompanhou uma evolução desde o caracazo, especialmente marcado por saques a supermercados, quebra-quebras e confrontos com a repressão policial, em decorrência dos ajustes econômicos do então recém-eleito presidente Carlos Perez. Essa tendência não se apresentou no caso brasileiro, no período que antecedeu a eleição de Lula em 2002. O Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), especialmente entre 1997 e 2001, tornou-se ao lado do PT a principal referência nacional de oposição política ao Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). No entanto, não ocorreram no país revoltas populares com a intensidade e dimensões argentina e venezuelana. Em 1998, a crise financeira internacional sacudira os países da região. É certo que em parte essa crise contribui com a vitória de Hugo Chávez Frías (Venezuela) e Fernando De La Rúa (Argentina) naquele ano e abriu caminho para a vitória de Lula em 2002, uma vez que o ciclo da crise econômica esteve aberto até esse período (Crespo e outros, 2008; Natanson, 2009).

Em relação ao movimento sindical, nos países em foco houve uma postura contraditória, em meio às ofensivas governamentais e patronais. Contraditória porque operou em processos de negociação com as medidas de privatizações, reformas trabalhista e previdenciária (Murillo, 2008). As principais Centrais Sindicais desses países, a argentina Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), tiveram papéis destacados nos acordos realizados com Carlos Saúl Menem (Argentina) e com Carlos André Perez (Venezuela). De qualquer maneira, acentuaram-se as greves argentinas a partir de 1995, no setor público, e que se transformaram em greves nacionais nos anos seguintes (Bonnet, 2008). No caso venezuelano, as greves se ampliaram. No Brasil, as greves não tiveram papel destacado no período, sendo que as direções majoritárias das centrais sindicais, especialmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), mantiveram um papel “comportado” ou não tiveram força para se confrontar ao desemprego massivo, as privatizações, a primeira reforma previdenciária e a flexibilização trabalhista (Garcia, 2011; Oliveira, 2003). As mobilizações sociais não se estenderam territorialmente nem se ampliaram em termos de categorias profissionais. No período anterior a 2002, não ocorreram greves nacionais, ao contrário do que verificamos nos dados estatísticos sobre movimento sindical na Venezuela, Argentina, Bolívia e Equador.

Nesse quadro histórico podemos assinalar que, no caso brasileiro, não se desenvolveram dinâmicas anti-sistêmicas ou revolucionárias, no período que antecede a vitória eleitoral à Presidência da República do candidato petista. Ao nosso entender, a principal explicação para esse caso encontra-se na dimensão ideológica, política e organizativa advinda da constituição e afirmação de uma referência política nacional em torno de um partido político (PT) e da projeção nacional de muitas de suas lideranças políticas, em torno da qual gravitaram ou se organizaram distintas tradições da esquerda brasileira e dos movimentos sociais. Esse fenômeno político possibilitou, entre o final da década de 1970

e década de 1990, canalizar parte importante das lideranças operárias e populares que surgiram com o ascenso das lutas sociais no período e por sua vez permitiu canalizar as organizações e militantes de esquerda que vinham de um período de derrota política diante da ditadura militar (1964-1984). Esse projeto impediu a fragmentação política e ideológica na esquerda e nos movimentos sociais, como também possibilitou a orientação em torno de um projeto político que canalizou o descontentamento e os anseios presentes nos setores mais proletarizados para o âmbito institucional-eleitoral. Nos outros países, isso não ocorreu, não foi possível.

Na Argentina, a repressão imposta pela ditadura militar sobre a esquerda política e as diferenças político-ideológicas nessa esquerda impossibilitaram qualquer forma de unificação como ocorrera no caso brasileiro. No entanto, cabe lembrar, que na década de 1980 surgiu o Movimento para o Socialismo (MAS) que se transformou em terceira força política argentina, depois do Partido Justicialista (PJ) e da União Cívica Radical (UCR). O MAS, contudo, entrou em uma profunda crise entre o final dos anos de 1980 e início de 1990, sem conseguir manter-se como principal força política da esquerda e dos movimentos sociais. A fragmentação ocorrida impossibilitou um campo político orgânico para o período histórico que o país entrava com o neoliberalismo de Carlos Menem, eleito em 1989.

Na Venezuela, o caracazo de 1989, que significou o início do *colapso do Punto Fijo*, acordo institucional entre os principais partidos da Ordem em 1957 para estabilizar o regime político, não trouxe em seus desdobramentos a constituição de uma corrente política e ideológica sólida o suficiente para canalizar as correntes políticas e organizações sociais surgidas naqueles levantes. A unificação somente ocorreu no plano eleitoral, com o Movimento V República, para o apoio à primeira candidatura de Hugo Chávez. No entanto, não houve a consolidação orgânica, política e ideológica. A tentativa de unificação aconteceu em 2007 quando Chávez lançou o Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV). Nesse caso, um partido que foi estruturado a partir do governo chavista e no qual muitos movimentos sociais e organizações de esquerda foram levadas a aderir com a ilusão de que o PSUV se tornaria um espaço político de participação nas definições das políticas governamentais.

A eleição do Governo Lula em 2002, em ampla e contraditória aliança, envolveu frações do empresariado e amplo leque de movimentos e organizações de esquerda. A própria contradição dessa aliança desdobrou-se nas inúmeras inflexões políticas e sociais, condicionando/subordinando a atuação do governo e de muitos movimentos sociais e organizações de esquerda que permaneceram na lógica e ritmo do Estado brasileiro. Este por sua vez manteve-se hegemônico por frações do capital no bloco no poder, como é o caso dos grupos econômicos transnacionais, capital financeiro, setores do agronegócio e da construção civil.

De maneira contraditória, os programas sociais permitiram a ampliação substancial da base social e política do Governo Lula. As centrais sindicais brasileiras mantiveram amplo apoio ao governo, como também inúmeros movimentos sociais e culturais. Diferente dos governos argentino e venezuelano, o governo brasileiro consolidou uma ampla base de

apoio não somente social e parlamentar, mas também junto aos setores empresariais, em decorrência das políticas econômicas adotadas. Essa foi a experiência de frente popular que melhor se articulou nesse período histórico na região sul-americana. Logrou conter os setores trabalhistas e populares organizados em sindicatos e movimentos sociais mais fortes, impedindo o caráter explosivo de suas reivindicações, não somente salariais como também relacionadas às reivindicações estruturais, como a gritante situação da reforma agrária.

Especialmente isso ocorreu por meio da constituição de espaços institucionais e fóruns de discussão com o governo federal e da participação de principais direções dos movimentos sindicais e populares na esfera governamental. Por sua vez, a constituição de base congressual (na Câmara Federal e no Senado) utilizando mecanismos políticos tradicionais em troca de cargos em ministérios, destinação de verbas ministeriais para regiões e mesmo formas ilícitas como compra de votos para apoio/aprovação de emendas provisórias demonstraram-se eficazes na manutenção da estabilidade governamental.

No entanto, o agravamento da crise econômica internacional e seus desdobramentos políticos e sociais na conjuntura sul-americana aproxima os vários países governados por projetos de frente popular. Em geral, a fragilidade e submissão desses governos diante da crise internacional do Capital desdobrou-se em descontentamentos populares materializados pelo aumento de protestos que questionaram as políticas econômicas e alianças estratégicas adotadas por esses governos e voltadas para frações burguesas hegemônicas.

As expectativas internacionais de que o chamado BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e a recente África do Sul – fosse o impulsionador econômico para um novo quadro internacional demonstrou que de fato não seria bem assim. Esses países sofreram com o processo recessivo internacional. China considerada o motor de alavancagem para as economias de commodities entrou-se em crescente desaceleração econômica depois de 2014. O fator chinês representa para as economias latino-americanas e, em especial sul-americanas, grande impacto econômico.

Os limites presentes em tal configuração sul-americana revelaram problemas estruturais, entre os quais alguns podemos assinalar. Por um lado, impuseram-se limites nessa forma de capitalismo em relação à sua planificação, soberania e construção de um mercado de massas orientado pela lógica do grande capital. Para superá-los, haveria de estender o processo de nacionalização e expropriação estratégicos, em particular o setor financeiro. Mesmo no caso venezuelano grande parte dos ativos bancários permaneceram em mãos do setor privado nacional e internacional. Por outro lado, apresentou-se como limitada a estratégia de inserção internacional a partir da renda petrolífera, o que deveria se vincular à articulação de um acordo produtivo que diversificasse a produção nacional e a cesta de exportações e garantisse a gestão científica e tecnológica dos recursos naturais assim como a soberania alimentar.

Por último, as limitações dos processos nacionais para satisfazer as necessidades de desenvolvimento das grandes massas latino-americanas. A construção de uma estrutura

produtiva complexa, a diversificação da cesta de exportação, a soberania alimentar e o estabelecimento de um eixo financeiro soberano requerem escalas de desenvolvimento dos processos regionais. No entanto, o que se observa nesses anos foi uma constante dependência ao capital financeiro internacional.

Considerações finais

O quadro de agravamento das vicissitudes sociais estruturais da América Latina provocou dois movimentos contraditórios no findar do século XX e início do século XXI. A radicalização do liberalismo trouxe como consequência o aumento da pobreza, do desemprego, da violência no campo e ataque aos direitos trabalhistas. Essas condições provocaram um profundo sentimento de revolta nas camadas populares, isto é, no proletariado em geral e em estratos da pequena burguesia empobrecida. Por outro lado, a resposta para a estabilização do sistema surgiu justamente das lideranças dos movimentos populares em convergência com setores do Capital. Dessa maneira, nas últimas décadas os governos de Frente Popular na América Latina reservaram para si a tarefa de recompor as instituições do Estado liberal, de modo a condicionar as reivindicações sociais ao funcionamento e à lógica do aparato estatal, ao passo que no bloco do poder se manteve as principais frações do grande Capital. Entretanto, a natureza política de conciliação de classes é insuficiente para suportar a relativa estabilidade desses governos depois da crise capitalista internacional de 2008.

Para além de sua característica de impedir a independência do movimento operário e popular, *os governos de frente popular* foram auxiliados, em grande parte, pelo crescimento econômico mundial. A partir da aceitação da condição de países primário-exportadores, os governos de Frente Popular no Brasil, na Argentina, Venezuela, Bolívia, Equador e Uruguai, se beneficiaram do aumento dos preços das commodities no mercado mundial. Essa situação possibilitou até a metade da primeira década dos anos 2000, uma série de políticas compensatórias que atenderam as necessidades imediatas e mais sentidas pelo conjunto da classe trabalhadora, contudo sem que isso implicasse em mudanças estruturais na matriz econômica e na hierarquia social desses países.

Integrada irreversivelmente à economia mundial, na medida em que esta última entrou em processo de crise, as economias dos países sul-americanos foram incapazes de seguir a sustentar um projeto político de aliança de classes, ainda que mesmo nos tempos de crescimento econômico a distribuição de renda e outras políticas sociais tenham sido ínfimas, para não dizer irrisórias.

A partir, então, da crise econômica que assola boa parte da América Latina que emergiram os primeiros sinais de descontentamento popular com os chamados “governos progressistas”. Entretanto, não foram somente os efeitos das agruras econômicas em si que provocaram a ruptura na base social de tais governos. A política de austeridade que foram adotadas pelo petismo, chavismo e kirchenerismo contra os setores mais empobrecidos da população, não apenas demonstraram a face burguesa desses governos,

como também foram decisivas para que a crise econômica se dedobrasse em crise social e concomitantemente em crise política.

Frente a esse quadro, na ausência de uma sólida direção política que apontasse alternativas anti-sistêmicas e por fora da ordem institucional liberal, a desilusão dos setores populares passaram a ser direcionadas para oposição de direita, cujo programa é o liberalismo ortodoxo. A vitória de Mauricio Macri é emblemática, nesse sentido. Todavia, o aprofundamento das (contra) reformas, como a trabalhista no Brasil e da Previdência na Argentina, apontou para um rápido desgaste também da direita tradicional no poder executivo.

Nesse possível cenário, coloca-se, então, a possibilidade de retorno pelas vias institucionais dos projetos de Frente Popular, entretanto condicionados agora por dois problemas elementares e complementares: sem os subsídios do crescimento econômicos, tais governos não poderiam garantir a estabilidade social de outrora por meio de mínimas concessões sociais; por outro lado, em um contexto de crise aguda do Capital seus compromissos com as principais frações burguesas terão que ser mais consequentes e sem vacilações, o que implica em ter uma atuação ainda mais severa contra a classe trabalhadora do que foi em seus dias de glória.

Referências bibliográficas

- ALMEYRA, Guillermo. (2004) **La protesta social en la Argentina (1990-2004)**. Buenos Aires: Ediciones Continente.
- BASUALDO, Eduardo M. y ARCEO, Enrique (comp.). (2006) **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- BONNET, Alberto. (2008) **La hegemonía menemista. El neoconservadorismo en Argentina, 1989-2001**. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- BORÓN, Atilio. (2004) “La izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafíos”. **OSAL**, Buenos Aires, año V, nº 13, enero-abril, pp.41-56.
- CRAVINO, María Cristina (ed.). (2007). **Resistiendo en los barrios. Acción colectiva y movimientos sociales en el Área Metropolitana de Buenos Aires**. Buenos Aires: Los Polvorines/Un. Nacional de General Sarmiento.
- CRESPO, Ismael , GARRIDO, Antonio e RIORDA, Mario. (2008) **La conquista del poder. Elecciones y campañas presidenciales en América Latina**. Buenos Aires: La Crujía.
- GARCIA, Ciro. (2011) **PT: de oposição à sustentação da orden**. Achiamé. Rio de Janeiro: Achimié.
- GIARRACA, Norma e outros. (2007) “Tiempos de rebelión: “Que se vayan todos”. **Calles y plazas en la Argentina: 2001-2002**. Buenos Aires: Antropofagia.
- KATZ, Cláudio. (2008) **Las disyuntivas de la izquierda en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2008.

- LANDER, Edgardo. (2005) “Izquierda y populismo. Alternativas al neoliberalismo em Venezuela”. In: CHAVEZ, Daniel, BARRETT, Patrick S. (ed.). **La nueva izquierda en América Latina. Sus orígenes y trayectoria futura**. Bogotá: Grupo Editorial Norma.
- LÓPEZ MAYA, Margarita (2006) “El Proyecto Bolivariano en Venezuela (1999-2005)”. In: SCHULTE, Christiane, HILDEBRANDT, Cornelia. **Partidos de la izquierda y movimientos sociais en América Latina**. São Paulo: Expressão Popular.
- MURILLO, María Victoria. (2008) **Sindicalismo, coaliciones partidárias y reformas de mercado em América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI.
- NATANSON, José. **La nueva izquierda. Triunfos y derrotas de los gobiernos de Argentina, Brasil, Bolívia, Venezuela, Chile, Uruguay y Equador**. Buenos Aires: Debate, 2009.
- OLIVEIRA, Francisco. (2003) “O ornitorrinco”. In: **Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo.
- PETRAS, J. La economía política de la política exterior de Estados Unidos para América Latina. **OSAL**, Buenos Aires, ano VI, n.17, mai/ago 2005, p.289-95.
- PETRAS, James y VELTMEYER, Henry. (2005) **Movimientos sociales y poder estatal. Argentina, Brasil, Bolívia, Ecuador**. México: Lumen Mexico.
- SARTELLI, Eduardo. (2003) **La plaza es nuestra**. 3ed. Buenos Aires: Ediciones RyR.
- SEONE, José y TADDEI, Emilio. (2005) “Cartografía de las resistencias y desafios de la otra América possible”. **OSAL**, Buenos Aires, ano VI, n° 18, p.119-38.
- SEONE, María. (2007) “Argentina”. In: SADER, Emir (org.). **Latinoamericana. Enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe**. São Paulo: Boitempo. pp. 99-122.
- SILVA, Luiz Fernando (2006). “As novas configurações políticas na América Latina e os ajustes estruturais neoliberais”. In: GOULART, Jefferson O. (org.). **Mídia e democracia**. São Paulo: Annablume.
- SILVA, Luiz Fernando da. (2011) “A política externa estadounidense no atual quadro político sul-americano”. **Latinoamérica: revista de estudos latinoameicanos**, n° 52, 2011, p.71-90.
- SILVA, Luiz Fernando da. (2007) Ajustes neoliberais e lutas sociais: estratégias políticas na América Latina. **Marxismo vivo**, n°22, p.5-13. São Paulo,
- SILVA, Luiz Fernando da. (2012) **Intelectuales, militantes políticos y democracia em Brasil. Trajetórias teóricas y políticas entre 1960 y 2002**. Barcelona: Editorial Académica Española.
- SVAMPA, Maristella. (2008) **Cambio de época. Movimienos sociales y poder político**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores/CLACSO.
- TROTSKY, León.(2007) **Escritos latinoamericanos** (compilação). 3ed. Buenos Aires: CEIP León Trotsky.



UNIVERSIDAD
DEL ZULIA



espacio
abierto

Cuaderno Venezolano de Sociología

Vol 27, N°1 _____

*Esta revista fue editada en formato digital y publicada
en marzo de 2018, por el **Fondo Editorial Serbiluz,**
Universidad del Zulia. Maracaibo-Venezuela*

www.luz.edu.ve
www.serbi.luz.edu.ve
produccioncientifica.luz.edu.ve